ATA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA E 3ª SESSÃO ESPECIAL (TEMÁTICA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 28 DE JULHO DE 2020.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR

1º SECRETÁRIO: VEREADOR CARLOS MUNIZ

2º SECRETÁRIO: VEREADOR PAULO MAGALHÃES JÚNIOR (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, CLÁUDIO TINOCO, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, FELIPE LUCAS, GERALDO JÚNIOR, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, SÉRGIO NOGUEIRA, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO e ZÉ TRINDADE. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, em formato semipresencial, em razão das medidas de isolamento frente à pandemia do Coronavírus, com a participação de alguns edis de maneira remota, mediante ferramenta digital. Anunciou a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofícios n.s 118/20, 119/20, 120/20, 123/20 e 126/20 do Gabinete do Prefeito encaminhando, respectivamente, os Decretos n.s 32.575/20, 32.586/20 e 32.587/20, 32.596/20, 32.604/20 e 32.608/20 e 32.609/20, todos referentes a Aberturas de Créditos Extraordinários; Ofícios n.s 179/20,

180/20, 181/20, 183/20, 184/20, 189/20 e 190/20 do Gabinete do Prefeito em resposta a pleitos da CMS; Substitutivo ao Projeto de Lei n. 423/19 do vereador Marcos Mendes; Projetos de Lei n.s 162/20 do vereador Alexandre Aleluia, 163/20 da vereadora Aladilce Souza, 164/20 do vereador Hélio Ferreira, 165/20 do vereador Odiosvaldo Vigas, 166 e 167/20 do vereador Luiz Carlos Suíca, 168 e 169/20 do vereador Marcos Mendes, 170/20 do vereador Odiosvaldo Vigas e 171/20 do vereador Geraldo Júnior; Projetos de Indicação n.s 406 e 407/20 da vereadora Aladilce Souza, 408/20 do vereador Toinho Carolino, 409/20 do vereador Cláudio Tinoco, 410/20 da vereadora Aladilce Souza, 411/20 do vereador Alexandre Aleluia, 412/20 do vereador Demétrio Oliveira, 413/20 do vereador Alexandre Aleluia, 414/20 do vereador Alberto Braga, 415/20 da vereadora Marta Rodrigues, 416/20 do vereador Luiz Carlos Suíca, 417/20 do vereador Sílvio Humberto, 418/20 do vereador Hélio Ferreira, 419/20 do vereador Felipe Lucas, 420/20 da vereadora Lorena Brandão, 421/20 do vereador Geraldo Júnior e 422/20 do vereador Marcos Mendes; Projetos de Resolução n.s 30/20 do vereador Cláudio Tinoco, 31/20 do vereador Alexandre Aleluia e 32 a 34/20 do vereador Geraldo Júnior; Moções n.s 49 e 50/20 do vereador Marcos Mendes. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente anunciou que, diante da relevância do tema da retomada das atividades econômicas afetadas pela pandemia, e seguindo o Art. 111 do Regimento Interno (RI), poria em votação a proposta da ouvidora da Casa, a vereadora Aladilce Souza, para conversão desta Sessão Ordinária em Sessão Especial da Comissão Geral Temática. O Requerimento para a Sessão Especial foi votado e aprovado. Em seguida, aberta a Sessão Especial (Temática) sobre a Reabertura Econômica da Cidade na Pandemia do Coronavírus, o senhor presidente saudou os pares e, também, nominalmente, os convidados para esta Sessão Especial, em participação remota: Leo Prates, secretário Municipal da Saúde, ex-vereador e ex-presidente da CMS; Thiago Dantas, secretário Municipal de Gestão; professor Maurício Barreto, epidemiologista e professor emérito do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA;

Jamerson Barreiros, superintendente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio-BA), representando o presidente da entidade, Carlos Andrade; Renato Ezequiel, presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio de Salvador; e Mariana Cozza, do Movimento dos Organizadores e Profissionais de Eventos da Bahia (Mope-BA). O senhor presidente destacou a importância da intermediação entre os segmentos públicos e privados, inclusive o empresarial, com vista à geração de empregos, e mencionou o andamento de obras públicas com esse fito. Convidou para presidir a Sessão a vereadora Aladilce Souza. A senhora presidente historiou as ações da Ouvidoria desde o início a pandemia, quanto às demandas de vários setores em face de uma nova e desconhecida doença. Mencionou os altos índices de contágio e de mortos pelo Coronavírus no Mundo e comentou sobre o recente Protocolo de reabertura do comércio, destacando o segmento informal como muito expressivo numa cidade marcada pela pobreza. Elogiou o governador do Estado e o prefeito pela ação conjunta e pediu investimento na atenção primária de Saúde, sublinhando a complexidade dos desafios entre a doença e seus impactos econômicos. Mencionou o segmento dos realizadores de eventos, especialmente abalado. Disse que a Sessão visava a discutir as medidas tomadas diante dessa problemática, ouvindo-se os representantes sociais. Em questão de ordem, o vereador Edvaldo Brito saudou a senhora presidente e o presidente Geraldo Júnior, considerando histórica esta primeira realização de uma Sessão cuja possibilidade fora criada na Reforma do RI. Destacou a situação dos trabalhadores de eventos, composto de profissionais sem vínculo empregatício, e a questão da tributação no pós-pandemia. A senhora presidente enalteceu as contribuições do vereador Edvaldo Brito. Dando-se início às falas dos convidados, teve a palavra o senhor Leo Prates. O secretário lembrou seus vínculos com a CMS, enaltecendo a Casa, e saudou a Comissão de Saúde e diversos vereadores, nominalmente. Passou a exibir um conteúdo visual, expondo dados relativos a média móvel de infectados, disponibilidade de leitos hospitalares e outras informações, que

demonstravam contenção no número de óbitos. Destacou o Fator R, índice que era referência mundial e que se estava em bom nível, na Cidade, havia 15 dias. Observou que Salvador, em comparação a outras capitais, apresentava melhores índices, apesar das muitas e importantes perdas humanas, e expôs sobre a expansão do atendimento hospitalar, fruto de intenso trabalho. Explicou o positivo efeito das medidas restritivas e o fato de a ocupação estendida de leitos clínicos levar a uma menor ocupação de leitos de UTI. Discorreu sobre o plano de reabertura e suas fases, salientando a importância das pessoas e destacando o transporte público. O secretário Thiago Dantas saudou a CMS, a senhora presidente e o presidente Geraldo Júnior, e elogiou o vereador Edvaldo Brito. Contou sobre o seu diálogo permanente com o secretário Leo Prates, cujo trabalho enalteceu. Afirmou a importância do trabalho do Legislativo, em parceria com o Executivo, na consecução de medidas importantes frente a uma pandemia sem precedentes. Mencionou os esforços já empreendidos quanto a medidas sanitárias e de saúde, e, no momento, quanto à realidade econômica. O professor Maurício Barreto disse não haver soluções mágicas para o problema enfrentado. Também apontou, em Salvador, um nível de contaminação menos severo em comparação a outras capitais, observando que a pandemia foi mais bem controlada em lugares do Mundo onde houve ações governamentais e elogiando os Governos estadual e municipal. Explicou que nem toda infecção se tornava um caso da doença e defendeu o monitoramento sobre a questão. Explicou os dois tipos de testagem aplicáveis e a importância dessa ação e de uma vigilância epidemiológica. Afirmou a importância de controle dos locais de trabalho, como o que era feito nos *shopping centers* reabertos, visando a casos ocultos que poderiam estender a difusão da doença a partir de ocorrências assintomáticas. Lembrou a atenção necessária aos profissionais da saúde e expôs sobre como a movimentação social produzia contaminação, defendendo o uso de máscaras. Pediu debate com a comunidade, elogiando a Sessão e a Ouvidoria da CMS. A senhora presidente enalteceu o professor Maurício Barreto e informou que o presidente da

Fecomércio-BA, Carlos Andrade, enviara mensagem justificando sua ausência. O senhor Jamerson Barreiros informou dado do IBGE apontando prejuízo diário de 87 milhões, no comércio, em toda a Bahia. Defendeu a parceria ente as esferas municipal, estadual e federal, relatando as constantes reuniões da Fecomércio com as instâncias governamentais. Afirmou sua perspectiva de retomada das atividades, inclusive na área de eventos, e elogiou o Protocolo de reabertura no tocante a todos os sujeitos envolvidos nas relações comerciais. Demonstrou a importância do comércio no PIB da Cidade. O senhor Renato Ezequiel defendeu convergência de ideias frente à pandemia, prezando-se pela vida das pessoas. Relatou que os comerciários foram severamente afetados com perda de emprego e redução de salários. Disse estar em consonância com a Fecomércio quanto a um comércio pujante, mas com a saúde dos trabalhadores preservada, e endossou a fala do professor Maurício Barreto. Pediu atenção aos micro, pequenos e médios empresários, responsáveis por muitos empregos, afirmando que o segmento dos bancos recebia maior atenção. Alertou sobre os transportes públicos como fonte de contaminação para os trabalhadores do comércio. Enalteceu a senhora presidente. A senhora presidente lembrou que Salvador era uma Cidade de serviços e endossou a importância dos micro, pequenos e médios empresários, bem como das medidas de cuidado com a saúde. A senhora Mariana Cozza enalteceu o vereador Edvaldo Brito e explicou o forte impacto em seu segmento, cujo trabalho de realização de eventos baseava-se em aglomerações, proibidas no momento. Expôs dados sobre o setor, com sua grande cadeia produtiva que incluía profissionais não-específicos, como copeiras e seguranças. Concordou quanto à complexidade da questão, relatando que seu esposo e sua filha foram acometidos pelo Coronavírus e, portanto, não subestimava a saúde, e pedindo que seu segmento fosse considerado na Fase 1 da reabertura, para atuar em pequenos eventos, tal qual funcionavam templos e outros setores já liberados. Encerradas as falas dos convidados, tiveram a palavra os vereadores inscritos. O vereador Edvaldo Brito saudou os secretários Leo Prates e Thiago Dantas, estendendo o

elogio ao secretário da Educação, Bruno Barral. Considerou que o Coronavírus era a doença do "vacilo", por sua forma de contaminação. Comentou sobre os problemas do segmento de eventos, o qual ainda arcava com tributos como a taxa de fiscalização, mesmo sem o funcionamento das casas de espetáculo. Rejeitou a ideia de conflito entre economia e saúde, afirmando que a questão era haver ou não planejamento e ação. Pediu que a Sessão resultasse em medidas nesse sentido e defendeu a suspensão de cobrança do IPTU. A senhora presidente concordou com o orador. A vereadora Lorena Brandão saudou os pares e os convidados, e outros gestores não-presentes, pela atuação durante a pandemia. Endossou as palavras do vereador Edvaldo Brito, especialmente no tocante a tributos, e elogiou o prefeito. Pediu a ampliação do horário de funcionamento dos templos religiosos, expondo que, com a reabertura comercial, muitos fiéis trabalhavam e não podiam frequentá-los no horário atual. Apresentou dados sobre a importância econômica dos salões de beleza, defendendo sua reabertura. Pediu atenção aos policiais civis contaminados, inclusive pelos presos, em razão da falta de equipamentos de prevenção e da obrigação de infectados assintomáticos trabalharem. A vereadora Marta Rodrigues opinou que a pandemia expunha com mais força a já conhecida desigualdade na Cidade. Destacou a mortalidade entre a população negra e feminina, e expressou preocupação com a movimentação vista nos *shoppings*, pedindo equipamentos de proteção e cuidado com a lotação no transporte público. O vereador Sílvio Humberto declarou esperar resultados coletivos deste encontro. Defendeu a quebra de uma visão "hospitalcêntrica", endossando a distinção do professor Maurício Barreto quanto a contaminação e efetivo adoecimento. Mencionou debate do PSB no qual se apontou que as soluções eram desiguais, em prejuízo da população negra. Destacou o desafio de empregos para jovens no pós-pandemia e a forte desigualdade social na Cidade. Apontou o prejuízo pela falta de coordenação nacional das medidas frente à pandemia, afirmando que, dessa forma, haveria soluções paliavas e que o êxito em Salvador levaria a uma desordenação gerada pela atração das populações vizinhas. A senhora presidente

concordou com o orador e mencionou dado sobre o aumento de pobres e de bilionários durante a pandemia. Mencionou, ainda, Projeto da CMS para converter auxilio emergencial em apoio permanente. Teve novamente a palavra, brevemente, o vereador Sílvio Humberto, para informar que a morte de idosos, muitas vezes desdenhados durante a pandemia, trazia prejuízo financeiro às suas famílias. O vereador Marcos Mendes expôs sobre trabalhadores do Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) cujos pleitos eram ignorados pelo Executivo. Defendeu comissão, composta de diversos órgãos públicos e organizações sociais, para fazer frente às questões da pandemia. Avaliou que a situação na Bahia não era tão tranquila, apesar de ações do Estado e do Município que avaliava como positivas. Reconheceu a importância do *Salvador por Todos*, ressalvando entender que sua cobertura era menor do que deveria ser, com muitos excluídos. Pediu estrutura para as pessoas poderem cumprir o distanciamento social. Apontou falta de transparência, lembrando a polêmica na compra de respiradores pelo Governo do Estado, e questionou o índice de ocupação de UTIs baseado na ampliação de leitos. Endossou o professor Maurício Barreto e afirmou haver descontrole sobre a pandemia. O vereador Odiosvaldo Vigas disse que, como profissional de saúde, também rejeitava haver conflito entre as perspectivas epidemiológica e econômica, criada pelo Governo Federal. Opinou que, em vez de apenas se aferir a ocupação de UTIs baseada na ampliação de leitos, era preciso medir o índice de transmissão, visando-se a noção de imunidade de rebanho. Defendeu a aplicação de testes e a atuação dos agentes de saúde para monitoramento, e mencionou a possibilidade de vacina. Indagou se seria este o momento certo para a reabertura do comércio, estendendo o questionamento para a futura volta às aulas. Afirmou que o Governo Federal abandonara Estados e Municípios, eximindo-se de coordenar o processo de reabertura, e sugeriu medidas a serem tomadas por essa esfera de Governo, com viés econômico, porém atreladas à saúde. Alertou sobre um possível "efeito-bumerangue" decorrente da interiorização da pandemia. A senhora presidente elogiou a fala do orador. Em

seguida, fez um breve levantamento das propostas apresentadas, como: a criação de um comitê, amplamente composto de gestores públicos e representantes da sociedade civil, para monitoramento de uma situação que aparentava se tornar longa; atenção ao relaxamento dos cuidados preventivos, em razão da reabertura comercial, com propaganda da Prefeitura para evitar a sensação de que a pandemia se esvaía; aplicação rigorosa de medidas preventivas, dentro do próprio Protocolo estabelecido para reabertura; assunção de responsabilidade pelo Governo Federal, cujo Ministério da Saúde gastara menos de 1 bilhão dos 11 bilhões disponíveis para cuidar da pandemia; e assimilação, pelo Executivo, das Indicações apresentadas pela CMS. Por fim, anunciou a produção de um Relatório do que fora produzido na Sessão, para ser apresentado à Prefeitura, e destacou a amplitude da pandemia. Nada mais havendo, a senhora presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO